

Enfam

Escola Nacional de Formação e
Aperfeiçoamento de Magistrados

Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira

CURSO FORMAÇÃO DE FORMADORES



Fonte: I Encontro com formadores-magistrados em junho de 2014

INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES GERAIS

Dezembro de 2014

Fortaleza – CE

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Realização: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC.

Período: 15 a 17 de dezembro de 2014

Carga horária prevista: 29 horas-aulas¹

Público: Magistrados atuantes como formadores na Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará

Local: Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará
Rua Ramires Maranhão do Vale, nº 70, Água Fria, Fortaleza – CE
Telefone: (85) 3492-9100/3492-9128

Formadores

Desembargador Roberto Portugal Bacellar	portugalbacellar@gmail.com
Juiz de Direito José Henrique Rodrigues Torres	jhtorres@tjsp.jus.br
Juíza Federal Renata Andrade Lotufo	rlotufo@jfsp.jus.br
Prof. Dr. Erisevelton Silva Lima (UnB) ²	Lima.eri@gmail.com

Representantes da Enfam:

Paulo de Tarso Tamburini – Secretário-Geral
Maria Raimunda Mendes da Veiga – Pedagoga/Secretária Executiva
Marizete da Silva Oliveira – Pedagoga/Coordenadora de Pesquisa e Ensino

Direção da Escola (Gestão 2013-2015) e Coordenação Geral:

Ministro João Otávio de Noronha – Diretor-Geral
Paulo de Tarso Tamburini – Secretário-Geral
Maria Raimunda Mendes da Veiga – Secretária Executiva
Marizete da Silva Oliveira – Coordenação Pedagógica

Equipe da Coordenadoria de Ensino:

Ana Paula Nóbrega de Souza	Mariana Pinheiro Galvão Pereira
Cristiana Moreira Pinheiro Lima	Maríllia Nascimento Dias
Daniella Gonçalves Cabeceira de Azevedo	Nêmore Correa de Freitas
Francisca Dayane da Silva Lima	Renata de Souza Monteiro
Gabriela Amaral de Oliveira Teixeira	Rosa Christina Penido Alves
Gabriela de Azevedo Pedrosa Cunha	Thais Paz de Lima
João Pedro Correa Cruz	
Lorrana Rosa Lopes	
Maria Magda Alves de Figueiredo	

¹ Horas-aulas previstas 28,8 – por aproximação ficaram 29 horas-aulas.

² Mestre em Educação. Especialista em Educação a Distância. Pedagoga. Capacitação em Design Instrucional, Tutoria On line.

2. OBJETIVOS DA AÇÃO EDUCACIONAL

De forma geral, com a ação proposta, os participantes devem ser capazes de atuar nos programas de formação inicial e continuada em consonância com o papel de formador-magistrado e o modelo pedagógico estabelecido pela Enfam, de modo demonstrar conhecimentos sobre os elementos didáticos e pedagógicos que devem ser desenvolvidos para a condução do trabalho com seus pares de maneira ética e democrática pautados na fala, na escuta e na decisão refletida, considerando as especificidades que caracterizam a formação profissional especializada dos magistrados.

De modo específico, espera-se que os participantes tenham condições de:

- Compreender o papel do magistrado formador, de acordo com cada contexto de formação de magistrados, de modo a demonstrar sensibilidade em relação às desigualdades sociais e regionais que impactam o trabalho e a formação judicial;
- Definir e estruturar objetivos, conteúdos e metodologias pedagógicas de cursos de formação;
- Executar programas de formação;
- Atuar como facilitador/instrutor presencial em cursos de formação;
- Utilizar diferentes técnicas pedagógicas em cursos de formação;
- Avaliar cursos e programas de formação.

3. PROGRAMAÇÃO

SEGUNDA-FEIRA 15/12- 1º Dia	
9 às 9h30	Credenciamento
9h30 às 10h30 (coffee break de 10h30 às 10h45)	Abertura: Paulo de Tarso Tamburini – Secretário-Geral da Enfam Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo - Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará Juiz de Direito Aluísio Gurgel do Amaral Júnior – Coordenação do Curso Apresentação musical (música “Disparada” de Geraldo Vandré) Contextualização: Desembargador Roberto Portugal Bacellar – Coordenação do Curso
10h45 às 12h (12 às 14h – almoço)	Sensibilização do formador-magistrado - Ressignificação do papel e das práticas do ensino na magistratura. Formadores: Desembargador Roberto Portugal Bacellar Juíza Federal Renata Andrade Lotufo Juiz de Direito José Henrique Rodrigues Torres

14h às 17h (coffee break de 15h30 às 15h45)	Andragogia Formador: Prof. Dr. Erisevelton Silva Lima (UnB) Papel do formador-magistrado – Aspectos teórico- práticos. Formador: Desembargador Roberto Portugal Bacellar Juíza Federal Renata Andrade Lotufo Juiz de Direito José Henrique Rodrigues Torres
TERÇA-FEIRA 16/12– 2º Dia	
9 às 12h (coffee break de 10h30 às 10h45) (12 às 14h – almoço)	Objetivos pedagógicos Formadora: Coordenadora de Ensino da Enfam - Marizete da Silva Oliveira
14 às 17h (intervalo de 16h às 16h15)	Métodos de ensino e estratégias de avaliação de aprendizagem. Formadores: Prof. Dr. Erisevelton Silva Lima (UnB).
QUARTA-FEIRA 17/12 – 3º Dia	
9h às 12h (coffee break de 10h30 às 10h45) (12h às 14h – almoço)	Oficinas de aplicação de ferramentas/métodos pedagógicos – condução de um estudo de caso ou simulação. Formadores: Desembargador Roberto Portugal Bacellar Juíza Federal Renata Andrade Lotufo
14h às 15h45 (coffee break de 15h45 às 16h)	Oficinas de aplicação de ferramentas/métodos pedagógicos (continuação)
16h às 17h	Devolutivas – Avaliação de aprendizagem dos formandos Prof. Dr. Erisevelton Silva Lima (UnB) Encerramento

Obs.: O Prof. Dr. Erisevelton Silva Lima (UnB) acompanhará todo o curso.

4. PROPOSTA METODOLÓGICA

A proposta metodológica deverá focar em métodos que primem pela participação dos participantes, com momentos de interação e atividades colaborativas que permitam a reflexão sobre a prática do formador. Isso deverá ocorrer com estratégias que englobem problematização da realidade na qual o aluno está situado, uso integrado de métodos expositivos, interrogativos e ativos, com os quais o educando deixa de ser visto como um sujeito passivo e passa a atuar ativamente, com autonomia e protagonismo no próprio processo de desenvolvimento educacional.

Tal prática é inspirada em Paulo Freire e em outros educadores, nacionais e internacionais, que defendem o referido método sob uma perspectiva de educação crítica e problematizadora. Nessa lógica metodológica, a ideia é que o curso seja desenvolvido com a adoção de estratégias de ensino oral e visual, além de recursos audiovisuais que possibilitem a integração e colaboração entre os participantes no sentido da reflexão-ação-reflexão. Para isso, os procedimentos metodológicos devem suscitar conhecimentos e reflexões sobre os elementos didáticos e pedagógicos que os formadores-alunos devem desenvolver para que conduzam o trabalho com seus pares de maneira ética e democrática pautados na fala, na escuta e na decisão refletida

Para isso, o professor, na função de facilitador, deverá desenvolver atividades que prezem a relação teórico-prática no ato de planejar, inserindo exemplos que situem o aluno no contexto das instituições de formação profissional de magistrados. Tal procedimento é relevante para que os sujeitos educacionais possam, de forma autônoma, produzir novas sínteses e, assim, novos conhecimentos.

5. PROPOSTA AVALIATIVA E CERTIFICAÇÃO

A proposta avaliativa englobará avaliação de aprendizagem, do curso e dos formadores.

Avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem, com foco formativo, ocorrerá processualmente, durante todo o curso e com base na participação nas atividades propostas, que englobam trabalhos individuais, em grupo, simulações e exposições dialogadas, conforme orientações e planos de aulas a serem explicitados no dia do curso, englobará avaliações em grupos e individuais por meio da autoavaliação.

Considerando o tempo de formação que é pequeno, especialmente no sentido de promovermos reflexão-ação-reflexão, a atividade de avaliação, como produto final para os magistrados em processo de avaliação deverá ser com base em apresentações, oralmente (caso se sintam à vontade para isso) e ou por escrito. Assim, a autoavaliação deverá ser priorizada em razão da formação de um grupo tão seletivo que possui, ao mesmo tempo, dois papéis. O primeiro de desenvolver o automonitoramento das aprendizagens e o segundo de aprender para aplicar com seus futuros cursistas a mesma técnica ali apreendida.

Sendo a avaliação, categoria central e complexa, em todo processo de formação, os formadores devem ser motivados pelos facilitadores, durante o curso, a desenvolverem nos seus alunos, a partir de processo de autoreflexão, a prática auto-avaliação como procedimento que é de importância para avaliar a própria aprendizagem, o processo de ensino e trabalho escolar como um todo.

Avaliação do desenvolvimento do curso e de desempenho dos professores

Além da avaliação de aprendizagem, foram programadas avaliação do desenvolvimento do curso e de desempenho das professoras. O instrumento para tanto será disponibilizado ao final do evento. A intenção com o procedimento é avaliar, por meio da satisfação dos participantes, o desenvolvimento dos trabalhos para aprimorar ações educacionais futuras.

Certificação

Ao final do curso, os participantes que realizarem todas as atividades propostas pelos professores, tiverem frequência integral e obtiverem conceito igual ou superior a regular receberão certificado de aproveitamento.

ANEXO - CURRÍCULO RESUMIDO DOS DOCENTES

Prof. Dr. Erisvelton Silva Lima (UnB)- Pedagogo. **Doutorado** em Avaliação pela Universidade de Brasília - UnB, Mestre em Educação na área de Política e Administração Educacional pela Universidade Católica de Brasília, Especialista em Administração Educacional pela UnB, Membro do GEPA - Grupo de Estudos e Pesquisas Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico. Areas de interesse: avaliação, formação dos profissionais da escola e gestão da educação básica. Autor de diversos livros e artigos na área.

Desembargador Roberto Portugal Bacellar - Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1988), mestrado em Direito Econômico Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001), especialização em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Paranaense - UNIPAR (1997) e especialização em MBA em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Paraná (2004). Ingressou na carreira de Juiz de Direito em 1989. Atualmente é Desembargador do Tribunal Justiça do Estado do Paraná e professor da PUCPR, professor convidado da FGV LLM, professor convidado da Cogea PUCSP e de Escolas de Magistratura Federal e Estadual.

Juíza Renata Andrade Lotufo – Juíza Federal Titular da 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP (abril/2009 até os dias atuais), Ministrou várias aulas para os servidores e magistrados no Tribunal Regional da 3ª Região; integra o grupo de juizes coordenadores do curso de formação inicial de magistrados (Portaria 0398436, Diário Eletrônico 55, de 24/03/2014) e o grupo de juizes formadores de formadores da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) - Curso Interinstitucional ENFAM E Ecole Nationale de La Magistrature – ENM – França – out./nov. 2014; Mestranda pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP desde janeiro de 2013; Especializada em Direito Processual Civil - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - SP; Pós-Graduada em Direitos Fundamentais (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e Faculdade de Direito de Coimbra. Publicou os seguintes Artigos: “Direitos Fundamentais das Mulheres Encarceradas” – Revista do Tribunal Regional da 3ª Região – Ano XXIV – Nº 116 – Janeiro/Março de 2013 – ISSN 1982-1506 – pp. 9-31; “Audiências Criminais: do Papel para o Audiovisual” – Revista Justiça & Cidadania – Edição 151 – Março 2013 – ISSN 1807-779X – pp. 37-43. Participação nas seguintes Obras Coletivas: “O Juiz de Garantias do Novo Projeto de Código de Processo Penal e seu Reflexo na Magistratura” – Ensaio Sobre Jurisdição Federal – Coord. Paulo de Barros Carvalho e Robson Maia Lins – Ed. Noeses – 2014 – pp. 515-535; “Dolo Eventual e Dolo Direto: Efeitos Equivalentes Como Medida de Preservação do Dolo” – Ensaio Sobre Jurisdição Federal – Coord. Paulo de Barros Carvalho e Robson Maia Lins – Ed. Noeses – 2014 – pp. 891-911.

Juiz José Henrique Rodrigues Torres – Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Possui bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru(1980), especialização em Direito das Relações Sociais pela Faculdade de Direito de Bauru (1984), especialização em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1982) e ensino médio (segundo grau) pelo Instituto Estadual de Educação Dr. Cardoso de Almeida (1976). Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.